O Brasil atravessa um momento político extremamente delicado. Crises de gravidade e profundidade ainda sem mensuração completa multiplicam-se nos campos político, institucional e, por conseguinte, econômico.

O Reflexo na sociedade é evidente. Cada vez mais na vida cotidiana, e especialmente nas redes sociais, desnudam-se tendências ao extremismo. A opinião própria, outrora uma virtude aplaudida, pois conotativa de cultura e de estudo, tornou-se um arremedo, uma ideia fixa que as pessoas adotam como arma de guerra contra quem quer que seja, amigos, familiares, colegas, desconhecidos. A certeza absoluta toma conta do debate que se torna raso, extenuante e pouco esclarecedor.

Já disse e reafirmo: o único caminho ainda é institucional! Somente a consolidação deuma cultura e um histórico “institucionalizado” de combate a improbidade e a corrupção poderão projetar o país no cenário internacional com credibilidade suficiente para renovar as esperanças das futuras gerações.

O Ministério Público, nesta seara, está honrando sua missão e assumindo sua posição no desenlace nesse momento grave. Estamos cientes de que a legitimidade do Ministério Púbico decorre da **eficiência** e **protagonismo** no **atendimento das demandas sociais modernas**, **dos resultados** alcançados pelo trabalho dos membros em prol dos objetivos da sociedade. Por isso, manter a aproximação do Ministério Público das demandas sociais é prioridade, concentrando esforços e recursos em áreas de **grande impacto social** como a segurança pública, a saúde, a educação, a sustentabilidade e a proteção social, sempre de forma organizada e estratégica, com foco na resolução extrajudicial e preventiva.

Basta observar nossas principais (e tradicionais) áreas de atuação para se perceber a dimensão da atuação ministerial: Tribunal do Júri, criminal, patrimônio público, família, meio ambiente, urbanismo, consumidor, defesa e promoção dos direitos fundamentais e de plena inclusão, notadamente dos grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência. Muito há para ser feito.

Mas não há como fazê-lo sem promotores e procuradores comprometidos e vocacionados. Falo Benhur Biancon Jr., homem pragmático, objetivo e extremamente eficiente; chefe de Gabiente da PGJ Simone Mariano da Rocha, secretário-geral do PGJ Marcelo Dornelles e atual subprocurador-geral para assuntos Administrativos! De Luiz Carlos Ziomkowski, procurador de Justiça que fez história junto a Procuradoria de Prefeitos e mostrou há mais de uma década que prerrogativa de foro não precisa ser, necessariamente, sinônimo de impunidade. Lucia Helena de Lima Callegari, promotora do Tribunal do Júri de Porto Alegre há 14 anos e presidente de PROTEGE, mulher obstinada, trabalhadora incansável, referência no Júri Gaúcho, enfim “promotora de Justiça” até a última gota de sangue e suor.

Necessitamos de servidores exemplares, que primam, para além da função burocrática, pelo êxito da Instituição e pelo bom ambiente de trabalho. Levam a consciência de equipe, do conjunto do MP, ainda que na circunscrição do ambiente onde desempenham a atividade e se tornam conhecidos por isso mesmo... Há se lembrar e homenagear agora **o Vitor, da Promotoria Criminal**, **o Neldo, do NIMP** (4 Diretores) não há quem tenha feito uma investigação... **A Maria José, da Corregedoria** (não há quem não tenha ligado ou recebido uma ligação na disposição muito complicada das substituições)..., **o Jônio, do Eleitoral**... **o Augusto , da ASI**...

Agora, nenhum órgão, público ou privado, conseguirá isolada e burocraticamente atender a grande demanda social e ter a resolutividade hoje exigida na velocidade do mundo moderno. Por isso, é preciso reforçar nossas ações de articulação e integração. Vamos buscar cumprir nossa missão sempre de forma organizada e estratégica com foco na resolução preventiva.

Não nos bastará aqui apenas olhar o passado. Apreendendo com os acertos e os erros, é preciso definir estratégias para incrementar e qualificar a nossa intervenção como indutor de políticas públicas.

Exemplifico com algo que nos preocupa sobremaneira: a segurança pública. Hoje é constatação empírica que a criminalidade**, organizada e violenta**, ganha terreno diariamente frente às instituições legais e democráticas encarregadas de enfrentá-la; o sentimento de impunidade não raras vezes campeia célere na consciência dos delinquentes e o clima de insegurança se alastra das cidades, grandes ou pequenas, ao campo. Assumimos a parcela de responsabilidade que nos cabe dentro do sistema e seremos, também nesse embate, protagonistas e parceiros da sociedade gaúcha. Além do enfrentamento cotidiano à criminalidade, já realizado na atuação dos promotores e procuradores de Justiça, reforçamos nossas ações de articulação e integração com os demais órgãos de segurança; reafirmamos o compromisso do Ministério Público com a atualização e qualificação da legislação punitiva; e especialmente, aprofundar programas de cooperação interinstitucionais, sejam de intercâmbio ou de atuação operacional (grupos, forças tarefas), fazendo mais e melhor com a legislação que temos. Falo aqui da Polícia Civil, Delegado Emerson (nunca presenciei tamanha integração institucional aparando arestas antigas e vencendo preconceitos pala a integração operacional como temos feitos em vários e bem sucedidos projetos conjuntos...) e da Brigada Militar, Cel. Andreis (parceira antiga e de “todas as horas” do MP – assim como o PM na rua não escolhe ora, nunca houve hora ou resistência para nossas demandas por parte da corporação), em uma gestão tão bem continuada pelo Cel Ikeda.

É nesse modelo que creio, firmemente, trilharemos um caminho para um amanhã mais **limpo** e **justo** ao povo Gaúcho. Sempre, claro, tendo o ponto de partida n**a Constituição Federal e a independência dos poderes e Instituições, nos freios e contrapesos próprios da democracia**. Precisamos do Legislativo, Deputado Marlon, cônscio de seu papel e conectado com a realidade do povo. Nesse particular, destaco a parceria e o respeito mútuo na relação com as sucessivas administrações da AL nessa legislatura (Deputados Edson Brum, Silvana Covatti e Edgar Pretto), corporificando nosso agradecimento neste momento ao seu presidente, Deputado Marlon Santos... Precisamos da defensoria pública, Dr. Cristiano vieira Herdt, ainda que na trincheira processual oposta, mas na linha de consecução do comum objetivo de promover o acesso á justiça àqueles que mais dela necessitam (sei que Vossa Excelência comunga dessa mesma visão)...do Judiciário modelar, como o Gaucho, Desembargador Carlos Eduardo Duro, altivo e independente como seus preclaros membros – em que Vossa Excelência é referência - como a última trincheira de defesa dos princípios democráticos....

Tudo isso sempre sobre a lupa imprescindível de uma imprensa livre e séria, Alexandre Gadret, que tem aqui um papel fundamental... Alexandre, desde os tempos da direção da AGERT (abriu a porta para campanhas institucionais) e hoje a Rede Pampa destaca-se como exemplo de profissional honrado e comprometido com sua missão...

Senhoras e senhores, eis o caminho: vamos nos pautar pela soma das inteligências corporativas e não por disputas de protagonismos institucionais. A ideia é de compartilhamento de responsabilidades, atuação integrada, a construção dos consensos possíveis e a busca de resolutividade e transparência na atuação do poder público.

O Ministério Público continuará fazendo a sua parte e indo além, fomentando redes de aproximação e atuação transinstitucionais. O dia de hoje é mais uma prova desse modo de pensar e agir. Estamos muito, muito felizes, envaidecidos mesmo, de poder contar e homenagear todos os senhores...